

Brandes defende

Cidade

Jornal de Brasília

autonomia política já

"O Distrito Federal precisa ser reavaliado. O contexto não é mais o mesmo que foi planejado para atingir no ano 2000 cerca de 500 mil pessoas. Somos hoje uma unidade viva, com forte economia. Precisamos ter independência política, econômica, financeira e administrativa. Para isso, toda a comunidade precisa ser ouvida e é este um dos pontos mais interessantes do projeto do deputado Paulo Xavier". Esta é a opinião do secretário de Administração, Francisco Pinheiro Brandes, um dos mais prováveis candidatos a deputado federal pela Frente Liberal, com relação ao projeto de lei que será apresentado no próximo dia 2 na Câmara dos Deputados. Em seu projeto, o deputado Paulo Xavier pede para o Distrito Federal não só o direito de escolher o seu governador, deputados federais e senadores, mas também seus administradores regionais e membros da Câmara de Representantes.

O projeto de Paulo Xavier, deputado federal pelo PFL da Paraíba, é importante, diz Brandes, porque abre uma verdadeira "escola de líderes" com a Câmara de Representantes. Uma eleição no DF só a nível federal, no entender do secretário, pode "afunilar" as candidaturas na medida em que os que têm maior poder econômico terão certamente mais chances de vitória. Outro ponto que Brandes considera acertado no projeto é com relação à eleição dos administradores regionais.

— Nós estamos acostumados a ver o DF atrelado administrativamente. O projeto do deputado cria formas de representatividade sem descaracterizar o Distrito Federal. Já está mais do que claro que todo o processo de escolha tem que ter o voto do povo. Agora, o que é preciso acontecer de forma até paralela à questão política é a reforma tributária. Brasília, o DF, precisa de sua libertação econômica e financeira. Não podemos ficar ligados ao poder centralizador do Governo Federal. É urgente que a reforma tributária ocorra para termos liber-

dade de investir nosso dinheiro dentro da nossa própria cidade em benefício dos nossos cidadãos, disse Brandes.

Além da reforma política e tributária, o secretário de Administração pensa também em uma reforma administrativa já que, segundo ele, as leis que regem hoje o GDF foram feitas para gerir uma prefeitura, com uma estrutura totalmente acoplada ao Governo Federal.

— O Distrito Federal foi imaginado para ter no ano 2000 aproximadamente 500 mil habitantes. Hoje somos mais de um milhão e meio. Não se pode mais conceber que as leis continuem as mesmas. Uma cidade precisa se atualizar, precisa mudar suas linhas iniciais. Nesse ponto se vê a importância de uma maior autonomia para as cidades-satélites, inclusive ressaltou esse aspecto por ter vivenciado de perto o problema quando da minha passagem pela Administração Regional do Guará. Cada administrador regional sabe mais claramente dos problemas de sua comunidade do que os técnicos governamentais. Então porque não dar a eles autonomia na solução de problemas que serão muito mais fáceis de serem resolvidos dentro da própria comunidade, declarou o secretário.

Nos últimos dias Brasília passou por uma série de movimentos grevistas, como o dos médicos, professores e bancários. Em toda essa questão Brandes atuou diretamente, na busca de solução, e detectou outro problema com relação ao DF, a ligação do plano de classificação de cargos e salários do governo local com o federal.

— Sabemos muito bem dos problemas do funcionalismo. O servidor público de Brasília vive em uma das cidades mais caras do País e então precisa ter para ele um plano especial. Ele precisa comer com os preços dos supermercados de Brasília que são totalmente diferentes, por exemplo, dos mercados do Maranhão, do Rio Grande do Norte.